

Os Açores entre a Europa e os Estados Unidos da América: Uma Perspetiva Geoestratégica

Luís Andrade

Professor Catedrático da Universidade dos Açores na área da Ciência Política e das Relações Internacionais. Coordenador do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade dos Açores. Foi o representante dos Açores no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América (1996-2000 e 2001-2004).

Resumo

Este artigo aborda a problemática das Relações Transatlânticas por um lado e, por outro, o relacionamento entre Portugal, e especificamente os Açores, e os Estados Unidos da América.

É referida, de igual modo, a Política Externa e de Segurança Comum, assim como a Política Comum de Segurança e Defesa no âmbito da União Europeia. Concedeu-se, também, especial relevo às relações entre o nosso país e a nação norte-americana, sobretudo no que se refere ao Acordo de Cooperação e Defesa, nomeadamente no que se relaciona com a Base das Lajes e a redução de militares norte-americanos, assim como de civis portugueses, que trabalham naquela base.

Abstract

Azores between Europe and the United States of America: A Geostrategic Perspective

This article analyses the problematic over the transatlantic relations, on one hand, and the relationship between Portugal, and specifically the Azores and the United States of America, on the other. It also mentions the European Union Common Foreign and Security Policy as well as its Common Security and Defense Policy. Within this general context, special attention is given to the relationship between Portugal and the United States of America, in what concerns the Bilateral Defense Agreement and, within this context, Lajes Air Base and the reduction of military personnel and Portuguese civilians, who work there.

Este artigo analisa as relações transatlânticas na atualidade, concedendo um ênfase especial às relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, designadamente no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre aqueles dois Estados, que está cada vez mais na ordem do dia, na sequência da recente decisão da Administração norte-americana de reduzir substancialmente a sua presença militar naquela base e, conseqüentemente, a diminuição, de igual modo muito significativa, do número de portugueses que nela trabalham, contribuindo para afetar seriamente a situação económica e social da ilha Terceira, em particular, e do arquipélago dos Açores, em geral.

Parece ser aceitável dizer-se que, com a atual Administração, o relacionamento dos Estados Unidos da América com a Europa tem sido, em termos gerais, mais consensual, pelo menos em algumas áreas, do que foi durante a Administração do Presidente George W. Bush.

O Presidente Obama já afirmou, por várias vezes, que tenciona dialogar mais com os seus parceiros, mesmo com aqueles que, até há pouco tempo constituíam ou poderiam vir a constituir uma ameaça ao equilíbrio e à paz internacionais – veja-se, por exemplo, o caso recente de Cuba. No entanto, os desentendimentos que tiveram lugar com vários países durante a Administração de George W. Bush, ainda não estão completamente resolvidos. É evidente, para qualquer analista da Política Internacional, que os interesses permanentes dos Estados Unidos da América já estão há muito tempo definidos e não é a atual Administração que os irá alterar. Todavia, o que a comunidade internacional espera é que o Presidente Obama dialogue e ouça com maior atenção as aspirações dessa mesma Comunidade. Já na segunda metade do seu segundo mandato, muitas das expectativas que a Comunidade Internacional mantinha relativamente ao Presidente dos Estados Unidos, foram dissipadas na medida em que várias das suas promessas iniciais não foram cumpridas.

Por outro lado, o multilateralismo parece ser o caminho mais consentâneo com os interesses de todos os Estados que constituem o atual sistema internacional. Neste contexto, o relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América é ainda um aspeto muito importante das relações internacionais, muito embora saibamos que o continente asiático, designadamente a República Popular da China e a Índia, por exemplo, tenham vindo a ser, cada vez mais, o centro das atenções, quer dos Estados Unidos da América, quer do resto do mundo.

Não nos podemos esquecer que o relacionamento entre as duas margens do Atlântico Norte esteve muito fragilizado durante a Administração de George W. Bush, tendo sido o unilateralismo, de forma sistemática, a caracterizar a política externa dos Estados Unidos da América, o que teve como consequência o agravamento das relações transatlânticas, designadamente entre este país, por um lado, e a França, a Alemanha e a Rússia, por outro.

E o que esteve na génese desses desentendimentos foi justamente a intervenção militar norte-americana no Iraque, em março de 2003 que, do ponto de vista do Direito Internacional, foi ilegal. Isto é, não houve, de facto, uma Resolução clara e inequívoca do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas que legitimasse essa intervenção.

A Europa, por outro lado, tem vindo a tentar implementar a sua Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, a sua Política Comum de Segurança e Defesa, o que, como sabemos, não tem sido fácil, na medida em que os aspetos que se relacionam com a defesa e a segurança dos Estados são sempre perspetivados de uma forma nacional, facto que tem vindo a dificultar esse desafio.

Com a globalização, existe, de facto, uma tendência inequívoca no que diz respeito, por um lado, a uma reformulação das alianças e, por outro, ao surgimento de alguns países que têm vindo a assumir um papel cada vez mais relevante, a vários níveis, no âmbito da Comunidade Internacional como, por exemplo, o Brasil, a Rússia, a Índia, a China, e a África do Sul, conhecidos como BRICS.

O papel desempenhado pelos Estados Unidos da América, como o país líder do designado mundo ocidental, poderá, a breve prazo, estar ameaçado pela República Popular da China. Relativamente a esta questão, Joseph Nye (2012: 225) escreveu o seguinte: “No que diz respeito ao poder americano em relação à China, muito vai depender das incertezas das futuras alterações políticas [neste país] (*sic*). À parte tais incertezas políticas, a dimensão da China e o seu elevado ritmo de desenvolvimento económico irão, quase de certeza, aumentar a sua força relativa no que diz respeito aos Estados Unidos”.

A Europa, por outro lado, a fim de poder ter uma voz credível a nível internacional necessita de possuir, como foi referido, uma dimensão militar, para tentar evitar ou pelo menos atenuar ou resolver, eventuais conflitos que tenham lugar no seu próprio território como, por exemplo, os que decorreram na ex-Jugoslávia na última década do século passado, assim como o recente conflito na Ucrânia que ainda está muito longe de terminar.

Apesar de existir uma significativa partilha de valores entre os países das duas margens do Atlântico, subsistem, no entanto, uma série de divergências entre a Europa e os Estados Unidos da América, ligadas ao comércio internacional, às alterações climáticas, aos produtos geneticamente modificados, às minas antipessoais, etc. Há quem defenda, inclusivamente, a tese de que os americanos e os europeus não são do mesmo planeta, “sendo os primeiros de Marte e os segundos de Vénus” (Kagan, 2003: 11).

Independentemente das diferenças que se verificam entre os interesses norte-americanos e os europeus existe, nos planos da defesa e da segurança, uma ligação muito forte que se traduz e que se consubstancia na Organização do Tratado do Atlântico Norte, que é, na realidade, a aliança com maior sucesso a nível mundial e

que, como é evidente, necessita de uma constante adaptação às novas realidades geopolíticas que vão surgindo.

No entanto, não nos podemos esquecer que a cooperação entre os Estados Unidos da América e a União Europeia tem vindo a assentar, por um lado, na Relação Transatlântica de 1990 e, por outro, na Nova Agenda Transatlântica adotada em 1995. Esta cooperação, que tem sido gradualmente aprofundada e alargada, verifica-se em várias áreas e inclui cimeiras ao nível dos Chefes de Estado e/ou de Governo entre os Estados Unidos da América, a Comissão Europeia e o país que detém a presidência da União Europeia. Neste momento, aguarda-se com muita expectativa o resultado das negociações entre a União Europeia e os Estados Unidos da América acerca do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, que se previa estar concluído em finais de 2014.

A cooperação transatlântica tem vindo a assentar sobretudo na comunidade de interesses existente entre os Estados Unidos da América e os Estados que constituem a União Europeia. Para além disso, as relações comerciais transatlânticas constituem a espinha dorsal da economia mundial. Em conjunto, a União Europeia e os Estados Unidos da América representam cerca de metade do PIB mundial (47%) e um terço dos fluxos comerciais mundiais. Todos os dias são comercializados bilateralmente produtos e serviços no valor de cerca de dois mil milhões de euros¹. Como podemos facilmente constatar, esse relacionamento ao nível económico e comercial não é, de forma alguma, despiçando, independentemente das relações, cada vez mais significativas, entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

Como foi referido, em 1990 foram formalizadas as relações entre, na altura, a Comunidade Económica Europeia e os Estados Unidos da América através da Declaração Transatlântica. Mais tarde, em 1995, foi adotada a Nova Agenda Transatlântica, cujos objetivos mais relevantes eram os seguintes: a promoção da paz, da estabilidade, da democracia e do desenvolvimento no mundo; a resposta aos desafios globais; a contribuição para o aumento do comércio mundial e o estreitamento das relações económicas, assim como o fomento da construção de pontes através do Atlântico. Independentemente de existirem fortes interesses aos níveis económico, comercial, político e militar, subsistem, no entanto, vários problemas por resolver no âmbito das relações transatlânticas.

É relevante referir que, no âmbito das relações internacionais, cada Estado tenta defender em primeiro lugar os seus interesses. Se for possível compatibilizar os interesses dos países com os aspetos de natureza ética ou moral então teremos um mundo quase perfeito. Infelizmente, aquilo que a História nos ensina é que, na

1 Veja-se, por exemplo, o Memorando da Comissão Europeia de 13 de fevereiro de 2013, p. 1.

maioria das vezes, o que acontece é que são os interesses que prevalecem em detrimento dos aspetos de natureza ética ou moral.

Neste contexto, as duas mais importantes teorias no âmbito das relações internacionais, o Realismo e o Liberalismo Utópico são, em muitos aspetos, contraditórias. Provêm ambas de percursos epistemológicos muito diferentes e baseiam-se em assunções muito diferenciadas relativamente ao papel que o conflito desempenha nas relações internacionais.

Independentemente da matriz maquiavélica ser a mais utilizada no estudo das várias questões que são analisadas tanto no atual quadro internacional como, aliás, em qualquer outro, os aspetos de natureza ética ou moral não podem, em nosso entender, ser esquecidos, muito embora reconheçamos que a História nos ensina que, na grande maioria das vezes, tal não acontece.

Por outro lado, não nos podemos nem devemos deixar influenciar em demasia pela interpretação ingénua das relações internacionais kantianas, em torno das quais as saídas para a modernidade estão no multilateralismo e no esforço de construção de uma agenda global consensual e na regulação de temas como o liberalismo económico, o meio ambiente, os direitos humanos, o sacrifício da segurança nacional, entre outros. As relações internacionais não se realizam, ou não se deviam realizar, apenas na *realpolitik* nem no ambiente dos interesses imediatos².

Após estes breves considerandos relativamente às Relações Transatlânticas entre a Europa e os Estados Unidos da América, cumpre-nos agora analisar o relacionamento entre Portugal e aquele país.

Como é sabido, o fim da Guerra Fria alterou, por completo, o quadro geopolítico internacional, colocando um ponto final na bipolaridade. Isto é, passamos de um mundo bipolar para um mundo unipolar em termos estratégico-militares. Este facto contribuiu, por exemplo, para aumentar a influência global dos Estados Unidos da América, o que, como é evidente, teve consequências no que concerne especificamente ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e aquele país.

Parece ser claro que Portugal, num cenário de Guerra Fria, tinha maior poder negocial do que tem hoje. Como refere, por exemplo, o professor Adriano Moreira (1979), nesta nova era que estamos a viver, o poder funcional de Portugal assenta, por um lado, na imprevisibilidade da vida internacional, e por outro, no facto de o nosso país ter os seus dois arquipélagos atlânticos, designadamente os Açores, o que lhe concede ainda algum poder de negociação internacional. É esse poder funcional que continua a justificar o interesse que os Estados Unidos da América demonstram pela manutenção do seu acesso à Base das Lajes nos Açores, muito embora tenham vindo a diminuir, nos últimos tempos, a sua presença afetando, consequen-

2 Relativamente a esta questão, veja-se o artigo de Gelb (2003: 2-7).

temente, o número de portugueses que nela trabalham, dando origem a um problema muito grave de natureza económica e social.

Tendo estes aspetos em consideração, assim como a tentativa da União Europeia se dotar de uma Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, de uma Política Comum de Segurança e Defesa, há que ter em atenção o aspeto que se relaciona com o papel que Portugal e, obviamente os Açores, poderão vir a desempenhar no seu seio.

Como país fundador da Aliança Atlântica, em abril de 1949, e como membro de pleno direito da União Europeia, entendemos que as entidades do nosso país responsáveis pela condução das políticas de Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, têm de analisar, com muita atenção, a posição a adotar por Portugal no âmbito dessa nova equação de defesa e de segurança europeia, assim como o seu relacionamento com os Estados Unidos da América, quer ao nível bilateral quer ao nível multilateral.

Por outro lado, e face à complexidade da atual conjuntura geopolítica internacional, é necessário termos em consideração alguns aspetos fundamentais tais como a globalização e a influência crescente de atores não estatais e o reforço progressivo do papel que a União Europeia está a ter, ou devia ter, a nível internacional.

No que aos Açores diz respeito, e concretamente à Base das Lajes, tudo indicia que os norte-americanos continuarão a utilizá-la, mesmo diminuindo a sua presença, num futuro mais ou menos próximo como, aliás, ficou claro ao longo do conflito no Iraque, durante o qual a base dos Açores voltou a desempenhar um papel relevante.

Para os Estados Unidos da América, esse papel, resultante da conjugação das opções estratégicas com uma rigorosa análise técnico-militar, incluindo o estudo detalhado das capacidades e limitações dos meios disponíveis, estava bem definido desde, pelo menos, 1994. A base das Lajes é então considerada uma “base-chave” para a projeção de forças dos Estados Unidos da América para o Médio Oriente. No documento elaborado pelo General Accounting Office (1994) intitulado *Strategic Mobility – Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*, de abril de 1994, das 16 bases consideradas imprescindíveis por parte da Administração norte-americana, seis estavam na Europa e uma delas era precisamente a Base das Lajes.

Como é sabido, o recurso aos Açores durante o período da Guerra Fria, deveu-se essencialmente à necessidade da grande maioria das aeronaves se reabastecerem ao se deslocarem em direção à Europa, ao Médio Oriente ou mesmo ao norte de África, bem como ao patrulhamento marítimo da designada área sul da NATO. Desde 1989, independentemente da Guerra Fria ter terminado, foi evidente que os Estados Unidos da América queriam manter a sua presença nos Açores, mesmo de uma forma mais reduzida, como foi anteriormente referido.

Por outro lado, é relevante mencionar que, após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos da América encerraram duas em cada três bases no continente europeu. Não restam dúvidas de que essa diminuição de tropas na Europa contribuiu para afetar a Base das Lajes. Por um lado, implicou uma redução das operações através dela mas, por outro, reforçou a necessidade de projeção de poder por parte dos Estados Unidos na condução da sua estratégia global. Isto significou que aumentou a necessidade dos Estados Unidos poderem contar com bases no exterior do seu território por forma a poderem fazer face, quando tal fosse necessário, a uma crise ou a um conflito regional, tal como assistimos, por exemplo, na primeira Guerra do Golfo, em 1991, na ex-Jugoslávia durante os anos 90 do século passado, no Afeganistão no final de 2001, durante o conflito do Iraque e, mais recentemente, na Líbia, na Síria e, neste momento, no Iémen, para já não referir a problemática relacionada com o autoproclamado Estado Islâmico.

Por outro lado, a imprevisibilidade das relações internacionais, a que fizemos referência anteriormente, e que tem sido uma das características mais importantes do mundo de hoje, parece não poder ser esquecida no atual quadro das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, concretamente no que se refere às Lajes.

O que parece ser claro na atualidade é que os Estados Unidos da América continuam a contar com aquela base e querem continuar a fazê-lo no futuro próximo, independentemente da redução de efetivos que se verifica no momento atual. No entanto, a implementação da Política Externa e de Segurança Comum por parte da União Europeia constitui, obviamente, um novo e importante fator a ter em consideração no que diz respeito ao futuro.

Se, como foi inicialmente decidido em Helsínquia em dezembro de 1999, a União Europeia tivesse implementado com êxito a sua Política Externa e de Segurança Comum e se dotasse de uma Força de Intervenção Rápida constituída por 60.000 soldados, tal facto poderia ter constituído um elemento decisivo a ter em consideração por parte das entidades norte-americanas, designadamente no caso de ocorrer um conflito na Europa e não ser necessária, ou os responsáveis norte-americanos não manifestarem interesse, uma intervenção direta no terreno por parte das suas tropas.

Relativamente a esta questão, a ex-secretária de estado norte-americana, Madeleine Albright, fez notar que essa Identidade Europeia de Segurança e Defesa “não deve separar os Estados Unidos da Europa, não deve duplicar as capacidades e estruturas da NATO e não deve discriminar os membros da NATO que não pertencem à União Europeia” (Carpenter, 2001: 21).

Se as forças europeias tiverem sucesso nas suas novas missões, até que ponto é que isto terá consequências no que diz respeito à utilização da Base das Lajes por parte das forças norte-americanas?

Os atentados terroristas ocorridos em Nova Iorque e em Washington no dia 11 de setembro de 2001, assim como os que tiveram lugar, posteriormente, em Madrid, em Londres, em Bali, etc., corroboram a tese acerca da imprevisibilidade das relações internacionais. Ao longo da Guerra Fria existia uma face que era visível, tanto para os Estados Unidos da América como para a então União Soviética. Hoje em dia, o terrorismo, o narcotráfico, a proliferação de armas de destruição maciça, o ambiente, a cibersegurança, entre outros, constituem elementos essenciais a ter em consideração no que diz respeito à elaboração e implementação de uma nova filosofia de defesa e de segurança internacionais (US Department of Defense, 1997).³

Se lermos com atenção o articulado da Declaração da Cimeira de Praga, que teve lugar nos dias 20 e 21 de novembro de 2002, verificamos que o terrorismo internacional constitui, desde essa altura, a maior ameaça ao atual sistema internacional. No que concerne ao relacionamento bilateral entre o nosso país e os Estados Unidos da América, designadamente no que diz respeito ao Acordo de Cooperação e Defesa, e no que se refere aos Açores, entendemos que as contrapartidas canalizadas para o arquipélago não têm sido satisfatórias. É necessário, e até urgente, que as contrapartidas para a Região Autónoma dos Açores se traduzam em vantagens tangíveis para a sua população. Por outro lado, a recente decisão das autoridades norte-americanas de reduzirem substancialmente a sua presença na Base das Lajes, e conseqüentemente a diminuição significativa do número de trabalhadores portugueses naquela base, é absolutamente inaceitável e apenas vem demonstrar que somos um Aliado perfeitamente descartável, quando deixa de ter interesse para os Estados Unidos da América. Este facto vem corroborar a tese de que não há amigos permanentes nem inimigos permanentes. O que há, de facto, são interesses permanentes.

Relativamente a esta questão, Políbio Valente de Almeida (1990: 207), refere o seguinte que pensamos ser relevante realçar: “No plano externo, é a diplomacia que vai valorizar ou desvalorizar tudo o que se consegue no plano interno. Quem tem pouca força carece de hábeis negociadores. O poder virtual do Estado – aquele de que nos apercebemos – também depende de símbolos, de argumentos verbais, de formas de persuasão, isto é, da sua capacidade negocial”. Estamos particularmente de acordo com estas afirmações, na medida em que se torna, de facto, essencial que um pequeno Estado como Portugal necessita, cada vez mais, de negociadores hábeis, por forma a melhor defenderem os interesses do nosso país, designadamente no atual momento, que é de algum melindre entre os governos dos Estados Unidos da América e Portugal.

3 Neste documento encontra-se delineada a estratégia a seguir pelos Estados Unidos da América ao longo dos próximos anos. Veja-se, também, o artigo de Abshire (1999: 331).

Por outro lado, não nos podemos esquecer que a política externa portuguesa tem sido caracterizada, desde há muito tempo, por ser euro-atlântica. Isto é, independentemente de fazermos parte da União Europeia, não podemos nem devemos esquecer a nossa dimensão atlântica. Acerca desta questão, Adriano Moreira referiu que são os nossos arquipélagos atlânticos – os Açores e a Madeira – que ainda conferem a Portugal algum poder de negociação internacional. Isto significa que o nosso poder funcional, no que diz respeito às relações internacionais, decorre do nosso relacionamento atlântico, e não apenas do Atlântico Norte. O Atlântico Sul não pode nem deve ser esquecido, na medida em que é um espaço geopolítico que se reveste para Portugal de especial relevância, uma vez que, entre muitos outros aspetos, a nossa língua é falada nas suas duas margens.

É, por todas estas razões, urgente que se proceda a um debate alargado, no âmbito da sociedade portuguesa, relativamente a estas questões, por forma a podermos ter uma ideia clara de qual deverá ser a estratégia a adotar pelo Estado neste novo mundo em que vivemos. Parece-nos, todavia, que a nossa participação na Identidade Europeia de Segurança e Defesa deve ser tida como uma prioridade de afirmação de Portugal no âmbito europeu e, ao mesmo tempo, como um contributo para definir, conjuntamente com os Estados Unidos da América, uma relação mais equilibrada no seio da própria NATO⁴.

Num mundo globalizado, onde os espaços regionais têm um papel decisivo na gestão dos grandes equilíbrios mundiais, a definição e a identificação dos valores e dos interesses comuns europeus são essenciais para a instituição das formas de regulação global.

Este projeto comum da União Europeia torna-se ainda mais relevante devido aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 que produziram uma aceleração do processo de reformulação das alianças entre os blocos mais importantes – os EUA, a Rússia, a China, o Japão, a Índia, o Paquistão e o Brasil –, do qual a Europa não pode nem deve estar marginalizada. Esta necessidade de afirmação na cena internacional, exige uma Política Externa e de Segurança Comum em articulação com as políticas comerciais e de ajuda ao desenvolvimento para o futuro.

É, pois, necessário e até mesmo urgente, construir-se um sistema equilibrado e, para isso, a Europa tem necessidade de ter as suas capacidades autónomas e efetivas para gerir os problemas de segurança no seu território e para poder manter a paz e a estabilidade na Eurásia.

A pergunta que pode e deve ser formulada, por exemplo, tem a ver com o novo papel que desempenhará os Açores no âmbito dessa nova equação de segurança e defesa. Isto é, com a implementação de uma Política Externa e de Segurança

4 Veja-se por exemplo o artigo de Vitorino (2001: 39).

Comum por parte da União Europeia, como serão vistos os Açores e que papel poderão vir a desempenhar no futuro? Será o arquipélago perspectivado como sendo a defesa avançada dos Estados Unidos (como tem sido até agora) ou a da Europa?

São algumas destas questões que têm de ser pensadas ou repensadas, para que tenhamos uma ideia clara de qual deverá ser a estratégia a adotar pelo Estado português no futuro. Robert Kagan (2009: 154-155) num livro que publicou não há muito tempo escreveu o seguinte que nos parece ser relevante referir: “A futura ordem internacional será moldada por aqueles que tiverem o poder e a vontade coletiva para a configurar. A questão está em saber se as democracias do mundo se vão de novo erguer para enfrentarem tal reptó”. Também neste contexto, João Vieira Borges (2013: 185) escreveu o seguinte: “Os conflitos na Bósnia, no Haiti, na Líbia, e sobretudo na Somália, marcaram os norte-americanos no sentido de assumirem que isoladamente não eram capazes de liderar a comunidade internacional no caminho da paz e da prosperidade como defendia Bill Clinton”. É necessário que os países livres do mundo se entendam o mais rapidamente possível, no sentido de se elaborar uma estratégia comum tendo em vista a gestão das crises que se multiplicam um pouco por todo o planeta.

Em conclusão, diríamos que Portugal deverá continuar a tentar compatibilizar a sua política externa no âmbito da União Europeia com o seu relacionamento com os Estados Unidos da América, sem esquecer os Países de Língua Oficial Portuguesa, quer em África quer na América do Sul. E em todo este contexto, o arquipélago dos Açores desempenha uma função que não pode nem deve ser esquecida, como, aliás, se tem verificado ao longo dos séculos.

Referências Bibliográficas

- Abshire, David (1999). “United States Global Policy: Toward an Agile Strategy” em David L. Bore e Edward J. Perkins (eds.), *Preparing America's Foreign Policy for the 21st Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Acemoglu, Daron e James A. Robinson (2014). *Porque Falham as Nações*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Almeida, Políbio Valente de (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, Luís de (2013). *Os Açores, a Política Externa Portuguesa e o Atlântico*. Ponta Delgada: Edições Letras Lavadas, Nova Gráfica.
- Andrade, Luís de (2002). *Os Açores e os Desafios da Política Internacional*. Assembleia Legislativa Regional dos Açores (Edição). Ponta Delgada: Empresa Gráfica Açoriana.

- Borges, João Vieira (2013). *O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Carpenter, Ted Galen (2001). "NATO's New Strategic Concept: Coherent Blueprint or Conceptual Muddle?" in *NATO Enters the 21st Century*. London: Frank Cass Publishers.
- Espada, João Carlos (2014). *Portugal, a Europa e o Atlântico*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Gelb, Leslie H. e Justine A. Rosenthal (2003). "The Rise of Ethics in Foreign Policy". *Foreign Affairs*, n.º 3.
- General Accounting Office (April 1994). *Strategic Mobility: Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*. Washington, D.C.
- Kissinger, Henry (2014). *World Order: Reflections on the Character of Nations and the Course of History*. London: Allan Lane, Penguin Books.
- Mesquita, Mário e Vicente, Paula (eds.) (2013). *O Mar na História, na Estratégia e na Ciência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Edições Tinta da China.
- Mesquita, Mário e Vicente, Paula (eds.) (2012). *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Edições Tinta da China.
- Moreira, Adriano (1979). "Poder Funcional – Poder Errático". *Nação e Defesa* n.º 12, Outubro-Dezembro.
- Nye Jr., Joseph (2012). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Kagan, Robert (2009). *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*. Lisboa: Casa das Letras.
- Kagan, Robert (2003). *O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- U. S. Department of Defense (1997). *Quadrennial Defense Review Report*. Washington. Disponível em <http://www.dod.mil/pubs/qdr/toc.html>.
- Vitorino, António (2001). "Europa: Saudade ou Reencantamento". *Negócios Estrangeiros* n.º 2. Ministério dos Negócios Estrangeiros.